



Federação Nacional dos Médicos

Suplementos em dívida aos Coordenadores das USP

É de todos conhecido e por todos reconhecido o quão mal tratada tem sido a Saúde Pública e os seus profissionais, nomeadamente os Médicos.

Apesar de estar inscrito no Programa do actual governo o objectivo de dar à Saúde Pública o reconhecimento e a visibilidade que ela merece pelo imprescindível serviço que presta ao País, os factos estão aí e aí continuam para o negar.

Desde as precárias condições em que a generalidade das USP estão instaladas – sempre como “parente pobre” do sistema – à falta de recursos técnicos e humanos para levar à prática a sua missão, tudo tem sido feito para afastar a entrada de novos quadros e levar os actuais à exaustão.

Também as condições remunerações (nomeadamente se comparadas com o que os colegas das outras carreiras podem levar para casa ao fim do mês) são altamente desencorajadoras; nem o trabalho efectiva e comprovadamente efectuado fora do horário de trabalho é devidamente pago como horas extraordinárias.

Por outro lado, apesar de previsto na legislação, também o suplemento devido aos Coordenadores das USP não lhes está a ser pago.

Com efeito, de acordo com o n. 4 do artº 24º do DL 286/99, de 27 de Junho, **“O exercício de funções de coordenador da unidade de saúde pública confere o direito a um acréscimo remuneratório correspondente a 10% da remuneração estabelecida para o 1º escalão da respectiva categoria, em dedicação exclusiva e horário de trabalho de trinta e cinco horas semanais.”**

Ora, apesar de o DL 286/99 ter sido revogado pelo DL 81/2009, o artº 14º deste último é claro ao afirmar: **“É revogado o Decreto-Lei n.º 286/99, de 27 de Julho, à excepção do seu artigo 24.º”** (sublinhado nosso)

Portanto, mantém-se (...) **o direito a um acréscimo remuneratório correspondente a 10% da remuneração estabelecida para o 1º escalão da respectiva categoria, em dedicação exclusiva e horário de trabalho de trinta e cinco horas semanais.”**

Assim, a FNAM exorta todos os colegas que estejam nestas condições a requererem à ARS respectiva o pagamento deste acréscimo, desde o despacho de nomeação.

A Comissão Executiva da FNAM

14-02-2011